

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CRYSTIANE ANTONIELLA DOS REIS BATISTA

A CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA

ESTUDANTIL NO BRASIL : o fetiche da democratização do acesso

Monografia

Mariana - MG

2018

CRYSTIANE ANTONIELLA DOS REIS BATISTA

A CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA

ESTUDANTIL NO BRASIL : o fetiche da democratização do acesso

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientadora: Prof. Me. Viviane de Queiroz

Mariana - MG

2018

B333c Batista, Crystiane Antoniella dos Reis .
A Contrarreforma na Educação Superior e Assistência Estudantil no Brasil
[manuscrito]: o fetiche da democratização do acesso / Crystiane Antoniella dos
Reis Batista. - 2018.

53f.:

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Viviane de Queiroz.

Coorientadora: Prof^a. MSc^a. Crystiane Antoniella dos Reis Batista.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e
Serviço Social.

1. Ensino superior - Brasil - Teses. 2. Assistência social - Brasil - Teses. 3.
Estudantes pobres - Brasil - Teses. 4. Banco Mundial - Teses. 5. Plano
Nacional de Educação (Brasil) - Teses. I. Queiroz, Viviane de. II. Batista,
Crystiane Antoniella dos Reis. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV.

Título. [Catalogação: ficha@sisbin.ufop.br](mailto:ficha@sisbin.ufop.br)

CDU: 378(81)

A CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO BRASIL: o fetiche da democratização do acesso

CRYSTIANE ANTONIELLA DOS REIS BATISTA

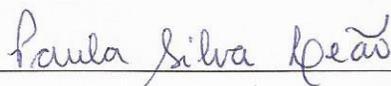
ORIENTADORA: Viviane de Queiroz

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

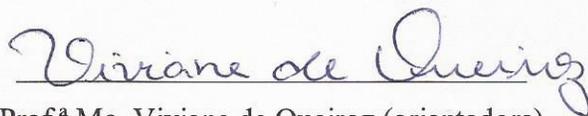
Aprovado em: 13/07/2018



Prof.^a Me. Carina de Souza
Universidade Federal de Ouro Preto



Prof.^a Me. Paula Silva Leão
Universidade Federal de Ouro Preto



Prof.^a Me. Viviane de Queiroz (orientadora)
Universidade Federal de Ouro Preto

Aos meus pais por todo suporte durante toda a minha graduação, por serem meu porto seguro e os amores da minha vida.
Muito obrigada.

AGRADECIMENTOS

Aos professores que foram grandes inspirações durante a minha graduação, aos meus amigos, por todo carinho, aos meus irmãos, pais e familiares, a todos que de maneira direta e indireta me ajudaram a chegar aqui, a minha eterna gratidão e o meu muito obrigado, sem vocês não conseguiria chegar até aqui.

*“Eu faço da dificuldade a minha motivação.
A volta por cima, vem na continuação”.*
- Charlie Brown Jr

RESUMO

Este trabalho é um estudo realizado sobre o fetiche de acesso e permanência no ensino superior dos estudantes que ingressam nas instituições universitárias federais do país. Os critérios utilizados para a inserção nesta política, assim, como, todo o processo de contrarreforma que a educação superior vem apresentando no atual contexto econômico e político do país. No primeiro capítulo, é resgatado como foi a implementação da política social no país, assim como seu papel no modo de produção capitalista. Consta também um breve histórico de como o ensino superior foi implantando no Brasil, como também o processo de reestruturação e expansão das universidades federais. No segundo capítulo, trataremos um breve histórico da assistência estudantil no Brasil, como também suas particularidades no contexto do Brasil, e por final, uma contextualização, sobre para quais usuários a assistência estudantil é direcionada.

Palavras chaves: Contrarreforma na educação, Educação Superior, Assistência Estudantil

ABSTRACT

This work is a study about the fetish of access and permanence in higher education of students who enter the federal university institutions of the country. The criteria used for insertion in this policy, as well as, all the counterreform process that higher education has been presenting in the current economic and political context of the country. In the first chapter, it is rescued as was the implementation of social policy in the country, as well as its role in the capitalist mode of production. There is also a brief history of how higher education was implemented in Brazil, as well as the process of restructuring and expansion of federal universities. In the second chapter, we will present a brief history of student assistance in Brazil, as well as its particularities in the context of the meeting, and finally, a contextualization, about which users the student assistance is directed.

Key Words: Counter-Reformation in Education, Higher Education, Student Assistance

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

FMI - Fundo Monetário Internacional

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PRACE - Pró Reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidade Federais

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANIEDADE E AS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARTICULARIDADES DO BRASIL.....	13
1.1 O papel política social no capitalismo.....	13
1.2 Organismos Internacionais e Educação Superior no Brasil.....	22
1.3 A Educação Superior no Brasil: Um breve histórico	26
2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	31
2.1 O surgimento da Assistência Estudantil no Brasil.....	31
2.2 Considerações do PNAES nas Instituições Federais.....	37
2.3 O fetiche da democratização do acesso: a assistência estudantil em curso.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo, analisar o processo de viabilização dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil- PNAES e o processo de contrarreforma da educação superior no Brasil.

Com o grande ataque aos direitos sociais que vem acontecendo nos últimos tempos, este trabalho busca compreender este processo na educação superior no Brasil e suas consequências.

O PNAES promulgada em forma de um decreto nº 7234 do ano de 2010 apresenta-se com critérios de democratizar o acesso às universidades, de forma que, os estudantes da classe trabalhadora consigam não só se inserir em uma instituição pública, como também, auxiliando em sua permanência evitando assim, sua evasão e contribuindo para sua qualidade de vida durante o período de graduação, porém, é uma política focalizada, e não consegue atender a todos os usuários, pois, não é considerada a totalidade dos sujeitos, onde as expressões da questão social perpassam por todos os aspectos de sua vida, seja ele em seu contexto econômico, político, cultural e social.

Desta forma, os estudantes da classe trabalhadora, permanecem em desvantagem, ficando muitas vezes responsáveis pela sua permanência na instituição e assim, contribuindo para o aumento da evasão desses sujeitos, pois, a maioria sem os auxílios ofertados, não conseguem se manter nas instituições.

O interesse pelo tema vem da experiência de trabalho como bolsista no setor responsável pela assistência na Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis-PRACE. Durante o período que estive na parte de triagem de documentação para as análises socioeconômicas, pude perceber as dificuldades apresentadas por muitos alunos referentes à lista de documentos exigida para os programas ofertados pelas instituições, e também, tive a oportunidade de entender, de uma forma mais abrangente, a dimensão e a importância da assistência estudantil e dos profissionais que atuam nesta área para os estudantes da classe trabalhadora que se inserem nas instituições federais do país.

Diante de um cenário de intensos retrocessos, com ataques direto aos direitos sociais, reafirmar o compromisso com uma educação pública, gratuita e de qualidade é de extrema importância onde, cada vez mais, a educação que é fornecida no país, está vinculada diretamente aos interesses do grande capital na permanência da estrutura societária vigente.

Portanto, o trabalho do profissional em serviço social nas instituições educacionais, e de, garantir e viabilizar os direitos na perspectiva de manutenção desses estudantes evitando assim, sua evasão e garantido uma melhor qualidade de vida durante seu tempo de graduação.

Em sua metodologia, o presente trabalho será de pesquisa bibliográfica do assunto, analisando também, alguns marcos históricos como o PNAES, Reuni, o processo de reforma universitária no Brasil, fazendo uma interlocução com o método de Marx, é preciso ir além da proposta que se apresenta inicialmente com o Plano Nacional de Assistência Estudantil, é preciso entender as contradições existentes dentro desta política na busca de uma maior efetivação.

O PNAES vem com critérios de democratizar o acesso às universidades, porém, ao realizar uma análise crítica, tendo um olhar mais profundo sobre esse fenômeno, ao se colocar um fator de renda como um público prioritário, focando na questão econômica, aquela parcela que não se enquadra dentro das regras impostas, acaba sendo excluída e impossibilitada de acessar a política ofertada, já que, através desta limitação, não se considera as particularidades de cada individuo, onde as expressões da questão social recaem diferentemente para cada sujeito, sendo, que nos sujeitos da classe trabalhadora, em decorrência da luta de classes, essas expressões são mais acentuadas.

Entender a essência deste fenômeno conforme Netto (2011) traz possibilidades para melhorias e futuras intervenções na viabilização do direito aos usuários na busca de uma efetivação correta e de qualidade. Entendendo um sujeito como um todo, suas particularidades já que, as expressões da questão social também perpassam em sua área educacional, sendo assim, a busca da efetivação desta política de maneira correta viabiliza aos usuários durante sua graduação maior segurança e qualidade de vida.

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica- por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável-, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto (NETTO, 2011, p. 22).

Num primeiro momento, este trabalho irá destacar a importância da política social, suas particularidades no Brasil, seu papel no sistema hegemônico vigente onde, a educação que é fornecida está vinculada diretamente aos interesses da classe dominante e de que, como as políticas voltadas para a área de educação tem uma importância fundamental no processo de sociabilidade dos sujeitos.

Também neste primeiro capítulo, iremos debater sobre a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e a Assistência Estudantil.

No capítulo seguinte, trataremos do Fetichismo da democratização ao acesso as instituições públicas universitárias, destacando a assistência estudantil como um dos pontos principais do processo de expansão das universidades federais (REUNI) e a contrarreforma na educação superior sobre a nova política econômica vigente.

Buscar entender a dinâmica em que o PNAES se propõe, com objetivo de buscar proposições que viabilizem uma característica mais universal, ao invés de um caráter focalizar que ainda se encontra na busca de se abranger e transformar em uma política pública em que os estudantes da classe trabalhadora, consigam não só ingressar nestas instituições, mas também permanecer.

CAPÍTULO I - A POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANIEDADE E AS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARTICULARIDADES DO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo fazer uma breve análise das políticas sociais no Brasil, a sua constituição, particularidades, como também, a importância da classe trabalhadora nesta conquista, na busca da efetivação e ampliação dos direitos sociais em especial a educação, objeto de estudo deste trabalho.

Buscava entender a dinâmica dos organismos internacionais para a educação superior dos países periféricos e suas consequências na mundialização e expansão do capital, sendo através de uma ideologia de dominação societária, como também qualificação de mão de obra da classe trabalhadora no sistema societário.

Também será abordado o processo de contrarreforma na educação superior, a capitalização dos recursos financeiros públicos sendo alocados para o setor privado e as consequências deste processo.

1.1 O papel política social no capitalismo

As relações no modo de produção capitalista configuram-se sobre a exploração da força de trabalho dos sujeitos da classe operária, visando à geração de lucro e expansão do capital pela classe burguesa. Netto e Braz (2012, p.97) afirmam que:

As classes fundamentais do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operário, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria, no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletariado do trabalho.

As políticas sociais fazem parte das conquistas alcançadas pela classe operária, em uma sociedade capitalista, torna-se um dos eixos fundamentais para a melhoria em suas condições de vida, fazem parte da dinâmica da produção e reprodução da vida econômica, cultural, política e social. Suas relações complexas e contraditórias fazem parte de todo esse processo.

Em seu contexto histórico, as várias expressões da ¹“questão social” são decisivas para o surgimento das políticas sociais, em toda estrutura da sociedade, em seu campo econômico, político, cultural e social sendo que, em seu contexto econômico a exploração da força de trabalho e acumulação das riquezas socialmente produzidas tendo impactos diretos na vida dos sujeitos da classe trabalhadora. Assim, como também, em seu contexto político e social o papel que o Estado exerce, seja nas proposições de políticas, seja vinculado aos interesses do capital, em sua questão cultural, a culpabilização dos sujeitos e conseqüentemente a focalizando cada vez mais as políticas sociais e acentuando a disputa pelo recurso público destinado a essas políticas como salientam Behring e Boschetti (2011, p. 43):

Estas dimensões histórica, econômica, política e cultural não podem e não devem ser entendidas como partes estanques que se isolam ou se complementam, mas como elementos de totalidade, profundamente imbricados e articulados. Uma dimensão fundamental e orientadora da análise é a ideia de que a produção é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social seja como estimuladora da realização da mais-valia socialmente produzida, seja como reprodução da força de trabalho (econômica e política).

As políticas sociais estão interligadas no desenvolvimento do sistema capitalista, na articulação econômica e social do Estado e conseqüentemente na luta de classes. Segundo as autoras, o contexto do surgimento das políticas sociais, deve-se a alguns processos interligados como a ascensão do capitalismo como modo de produção e reprodução das relações sociais, como também, as lutas de classe, as revoluções industriais e o papel que o Estado desencadeia neste processo.

A classe trabalhadora reorganiza a resistência à intensa exploração da força de trabalho, jornadas extenuantes, condições insalubres nas fábricas, da exploração de crianças e idosos, com condições miseráveis de sobrevivência das famílias da classe trabalhadora, condição esta que é constitutiva desse sistema, como ressalta Marx (1988 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 54):

Naquele momento, a segunda metade de século XIX, a força de trabalho reagia á exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta, com a extensão do tempo de trabalho, e também á exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos. A luta de classes irrompe contundente em todas as suas formas, expondo a questão social: a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e

¹ Surgindo na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes, esse debate prossegue até os dias atuais, quando ideólogos a serviço da classe capitalista e mesmo intelectuais desavisados se põem a mencionar uma pretensa “nova questão social” como se houvesse uma “questão social” é determinada por essa lei; “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões á medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças (NETTO; BRAZ, 2012, p. 152)

também sobre o valor da força de trabalho, o salário, que deveria garantir “os meios de subsistência necessários á manutenção do seu possuidor”, o que tem a ver com as necessidades básicas, com seu componente histórico e moral.

É importante salientar esse contexto de caráter extremamente moralizante, onde os sujeitos eram responsabilizados pela sua condição de miséria, as medidas tomadas pela classe burguesa, estavam interligadas ao fato de que, dentro do sistema capitalista, a possibilidade de não se gerar lucros era inviável. Precisava-se, além de se expandir o capital, manter uma ordem social que viabiliza-se essa dinâmica e ainda responsabilizar os sujeitos. As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.47).

É importante salientar que, mesmo em condições extremamente precárias, os trabalhadores sem essas mínimas ações das protoformas encontra praticamente em condições de trabalho em servidão, sem nenhuma proteção. Behring e Boschetti (2011, p. 51) destacam que:

Se as legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da revolução industrial lança os pobres á “servidão da liberdade sem proteção” no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno decorrente da chamada questão social.

A luta da classe trabalhadora expõe as diversas expressões da questão social em vários níveis, condições de trabalho, jornadas, remuneração que levam classe dominante fazerem algumas concessões, porém, sob a mediação do Estado. Behring e Boschetti (2011, p. 55) dizem que:

O Estado, então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro. A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da questão social, já repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações.

O resultado das condições melhores de trabalho, sendo eles, os direitos sociais trabalhistas é resultado do processo de resistência e luta da classe trabalhadora. O Estado passa a viabilizar pequenas concessões até se chegar aos direitos que puderam fazer diferença nas diversas categorias da vida desses sujeitos.

A organização da classe trabalhadora foi fundamental na busca de melhorias e mudanças na ordem, ainda que pequenas, mas não menos importantes dentro desse processo. Barbalet, (1989 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 63-64) afirma que:

A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação.

Tratando-se do Brasil, país periférico, o surgimento das políticas sociais está interligado ao processo de produção e reprodução para o desenvolvimento econômico onde, os países de economia consolidada buscavam expansão do capital influenciando assim, países com economia em desenvolvimento. Segundo Behring, Boschetti (2011, p. 64):

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade.

Como característica marcante, a formação econômica do país mesclava aspectos de modernização e arcaicos, ainda ligados ao passado, à economia voltada para exportação agrária, os grandes latifúndios e ao sistema escravista, davam base para a inserção do sistema capitalista no Brasil. Lima, (S/D, p. 02) diz que:

Este desenvolvimento, lento e heterogêneo, tem suas origens remotas na desagregação da ordem social fundada no latifúndio e no trabalho escravo. Esta caracterização será importante para a compreensão do caráter antidemocrático e autoritário da burguesia brasileira e de sua ação incessante de marginalização da classe trabalhadora. Contraditoriamente, o padrão de desenvolvimento capitalista inerente ao capitalismo monopolista implica novas relações na luta da classe trabalhadora, criando condições materiais para organização da classe trabalhadora e por sua auto-afirmação como classe.

Sabe-se que a inserção das políticas sociais nos países centrais e periféricos constituiu-se de forma diferenciada, cada um a sua maneira, demandando a partir das expressões da questão social existente e o modo que o sistema capitalista era incorporado na sociedade.

O Welfare State ou Estado de Bem Estar Social surgiu como uma alternativa ao governo socialista após a crise de 1929, onde o governo assume responsabilidades sociais,

como educação, saúde, habitação buscando ao mesmo tempo geração de riquezas e diminuição das desigualdades sociais. São três os princípios que estruturam o Welfare State como destacam Behring e Boschetti, (2011, p. 94):

Os princípios que estruturam o Welfare State, segundo o autor, são aqueles apontados no Plano Beveridge: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação, e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; 3) implantação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social.

No caso da Inglaterra, devido as particularidades vivenciadas naquele país, o Welfare State acontece de forma diferenciada, como demonstram Behring e Boschetti, (2011, p. 97):

Já o modelo beveridgiano, surgido na Inglaterra, tem como principal objetivo a luta contra a pobreza. Nesse sistema de proteção social, os direitos são universais, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos (testes de meios), e o Estado deve garantir mínimos sociais a todos em condições de necessidade.

Na França, o modelo de proteção social não é igual ao que acontece na Inglaterra, assim como o termo utilizado, como aponta Behring e Boschetti (2011, p. 98):

O conceito francês de Etat Providence, em sua acepção atual, assemelha-se ao conceito inglês de Welfare State ao incorporar a perspectiva da responsabilidade estatal na regulação do mercado, com vistas a manter o equilíbrio entre oferta e demanda e assegurar benefícios de proteção aos trabalhadores em momento de perda da capacidade laborativa e, mais globalmente, aos cidadãos em situações de dificuldades econômicas e sociais. Mas difere tanto no sentido mesmo da expressão (enquanto o primeiro tem uma conotação positiva de bem-estar, o segundo está associado á ligação entre Estado e providência) quanto na definição de sua emergência.

Em relação ao Brasil, não houve o estado de bem estar social, ou como se é colocado em outras nações à terminologia Welfare State. O sistemas de proteção social também foi de forma diferenciada das outras nações, para ter acesso precisava-se contribuir, e em seu inicio, não abarcava a todos os trabalhadores, somente aqueles que tinham uma maior relevância para o sistema econômico na época, como destacam Behring e Boschetti, (2011, p. 106-107):

O sistema público de previdência começou com os IAPs-Institutos de Aposentadorias e Pensões-, que se expandem na década de 1930, cobrindo riscos ligados á perda da capacidade laborativa (velhice, morte, invalidez, doença), naquelas categorias de trabalhadores estratégicas, mas com planos uniformizados e orientados pela lógica contributiva do seguro. O primeiro IAP foi criado em 1933-o

IAPM, dos marítimos-, e com isso foram extinguindo as CAPs, organizações privadas por empresa, até 1953. Os trabalhadores participavam da direção dos IAPs, o que foi um decisivo instrumento de cooptação de dirigentes sindicais, conhecidos como “pelegos”. “Segundo Santos”, “o sistema previdenciário estatal permitiu assim a consolidação dos laços que amarravam a um mesmo destino a oligarquia política que controlava as instituições do Ministério do trabalho e a oligarquia sindical que controlava os organismos operários” (1987:71). Os IAPs ofereciam um conjunto de benefícios e serviços de acordo com a contribuição dos trabalhadores, dos empresários e do Estado, que não eram uniformes e, segundo Bravo (2000), possuíam uma orientação contencionista, diga-se, estavam menos preocupados com a prestação de serviços e mais com a acumulação de reservas financeiras.

As particularidades do Brasil, país de capitalismo dependente, a classe trabalhadora ocorre tardiamente o seu processo de organização e conseqüentemente fazer frente à classe dominante na busca de direitos, mesmo que em sua real efetivação seja marcada de entraves. Sobre essa questão, as autoras Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2011, p. 79) fazem um destaque:

A distancia entre a definição dos direitos em lei e sua implementação real persiste até os dias de hoje. Tem-se também uma forte instabilidade dos direitos sociais, denotando a sua fragilidade, que acompanha uma espécie de instabilidade institucional e política permanente, com dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis.

É importante salientar que no Brasil, a educação superior entra neste contexto como forma de aperfeiçoar, ainda que de forma branda e pontual, a industrialização que começa a se engendrar no país. Sendo assim, a política educacional pautada para a expansão de capital e propagação do modo de produção capitalista. Lima (S/D, p. 05):

Se a educação superior no Brasil nasce com a marca de um intocável privilégio social, cuja “democratização” começava e terminava nas fronteiras da burguesia, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista a ampliação do acesso à educação passa a ser uma exigência do capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas; seja para difusão da concepção de mundo burguesa, sob a imagem de uma política inclusiva.

As políticas sociais embora sejam uma grande conquista da classe trabalhadora, através de sua luta que permeia até os tempos atuais, no modo de produção capitalista, desempenha um papel importante para a permanência e consolidação desse sistema. Com o caráter moralista, ou seja, de sempre culpabilizar e responsabilizar os sujeitos, ao longo dos anos se incorpora políticas focalizadas na pobreza, ou seja, somente para aqueles que realmente necessitavam, não se pensava em mudança de estrutura na base societária, e após a crise que se abateu nos anos 1980, precisava-se justificar o baixo investimento e cortes para as

políticas públicas, Mauriel (2013), ressalta importantes destaques sobre a agenda social imposta aos países em desenvolvimento pelos órgãos internacionais e países desenvolvidos.

Druck e Filgueira (2007 *apud* MAURIEL, 2013, p. 98) dizem que:

Esse perfil contemporâneo de política social centrada fortemente na preocupação com os mais pobres teve origem na preocupação que as instituições multilaterais especialmente FMI e Banco Mundial tinham com a instabilidade econômica e política dos países periféricos, particularmente com a forma com a qual esses países deveriam responder à crise que abateu (não só) sobre eles desde o início dos anos 1980. A partir daí, um conjunto de medidas passaram a ser dirigidas aos países periféricos sob o auspicioso apelido de “consenso de Washington”, “com a substituição crescente dos poucos direitos sociais conquistados pelas políticas de combate a pobreza”.

Essas implementações, foram características marcantes de vários países em desenvolvimento, cuja objetivo era sua estabilização econômica voltada para os interesses externos. Precisava-se implementar medidas para o controle da pobreza no país, porém, também precisava-se articular meios para o desenvolvimento e crescimento econômico. De acordo com Mauriel (2013, p. 100):

As medidas recomendadas pelo fundo monetário internacional (FMI) e pelo banco mundial (BIRD) para o ajuste das economias periféricas foram aplicadas em mais de sessenta países e combinavam políticas recessivas de previdência pública para obtenção de superávits fiscais primários e “reformas estruturais” liberalização financeira, abertura comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais. O pretexto era de que só assim os países da periferia poderiam ingressar em uma nova etapa de crescimento econômico.

Todo o desenvolvimento dos países periféricos está ligado diretamente aos interesses externos, é uma política de cima para baixo, precisava-se garantir o desenvolvimento controlado dessas nações e os gastos com as políticas sociais fazem parte dessa dinâmica dentro do sistema capitalista, o FMI e o Banco mundial dão os aparatos necessários para que essa dinâmica aconteça através do controle da economia, na forma de empréstimos com condicionalidades que afetavam diretamente os recursos que seriam investidos na política social. Santos (2010 *apud* MAURIEL, 2013, p. 102) explica que:

O fato é que, dentro dessa lógica, o fomento da política social estava ligado a mudanças em outras áreas. Nesses termos, o Banco Mundial condicionou o custeio da política social a capacidade orçamentária dos países prestatários de honrar seus compromissos com o pagamento dos juros das extensas dívidas. Essa era uma velha máxima do Banco pois desde que passou a conceder empréstimos para a área social na década de 1970 impunha essa condicionalidade como limite para ampliação de gastos no setor.

Diante desse contexto, países em desenvolvimento com enormes dívidas públicas era inevitável, dando ênfase ao capital e colaborando cada vez mais para a focalização e redução para os projetos de ordem social. Mauriel, (2013, p. 102) afirma:

Assim a dívida pública, um tradicional instrumento de finança pública para cobertura de déficit público, se torna uma importante aliada da reprodução do capital no período contemporâneo. Nessa perspectiva, a contenção orçamentária foi o mote que transformou ainda mais as políticas sociais dos estados nacionais em políticas residuais.

A política neoliberal tem como princípio a expansão do capital em contrapartida a redução de gastos, prega a livre ação do mercado e a não intervenção do estado. Navarro (1998) e Anderson (1995), ambos *apud* Behring e Boschetti (2011, p. 126) explicam que:

Os neoliberais defendem uma pragmática em que o Estado não deve intervir na regulação do comércio exterior nem na regulação de mercados financeiros, pois o livre movimento de capitais garantirá maior eficiência na redistribuição de recursos internacionais. Sustentam a estabilidade monetária como meta suprema, o que só seria assegurado mediante a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos.

Diante desse contexto, as consequências para a classe trabalhadora são extremamente duras, o Estado cada vez mais se descaracteriza de responsabilidades e a parceria entre público e privado ganhou força nessa dinâmica, como salientam Behring e Boschetti, (2011, p. 156):

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não como partilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social.

Sobre todas essas reformas neoliberais postas aos países em desenvolvimento, com uma política econômica dura e voltada extremamente para os moldes do capital, ao logo do tempo alguns estudos foram apresentados constatando assim uma piora significativa na perspectiva social das populações desses países. A partir desse contexto precisa-se de uma

mudança no desenvolvimento dos programas voltados para a área econômica e social dos países em desenvolvimento. Mauriel (2013, p. 105) diz:

A mudança estratégica, porém, foi acompanhada da necessidade de construção de uma nova estrutura intelectual que conciliasse a sustentabilidade financeira do banco reafirmasse a busca pelo ajuste econômico, crescimento e liberdade dos mercados e os associasse ao renascimento dos empréstimos orientados ao combate á pobreza. Dessa forma, a ilustração desse novo consenso encontra sua expressão mais visível nas estratégias de combate á pobreza, que apresenta um novo quadro de referencias marcado pela ideia de desenvolvimento que vai sendo atrelado a diferentes adjetivos: liberdade, igualdade, justiça, sustentabilidade.

Ao atrelar no sujeito a culpa sobre a sua condição, em sua vida social, educacional e econômica, ao invés de se colocar na estrutura societária vigente cuja crise é parte desse sistema, a visão para as políticas traz essas mudanças colocando o sujeito como central a sua condição na ordem e estrutura da sociedade que ele compõe. Segundo Mauriel (2013, p. 108):

Por essa perspectiva, as políticas sociais fomentadas pelo banco mundial passam a ter como finalidades expandir as pessoas de liberdades individuais (econômicas e políticas). Nesses termos, política economia são vistos como parte de um mesmo processo organicamente articulados, que se retroalimentam, com foco nas capacidades humanas, que podem gerar oportunidades sociais e riqueza. É esse conjunto de proposições que leva o banco a defender o investimento em educação e saúde básicas, pois serviriam para a potencialização a aquisição de títulos, direitos (entitlement) e estimular iniciativas individuais capazes de superar privações.

Dessa forma, ao priorizar as capacidades e habilidades dos sujeitos, poderiam ser capazes de superar as contradições estabelecidas dentro do sistema societário vigente e ao mesmo tempo, possibilitaria a geração de lucros para o mercado, atendendo a necessidade de uma mão de obra mais qualificada, como também, na possibilidade de bens de consumo. Outro elemento de destaque da autora é sobre o conceito de equidade, oportunidades que se geram através do individualismo, ou seja, dos esforços e talentos empreendidos por cada sujeito.

Destaca-se então, que a noção de equidade de oportunidades nada mais é do que oportunidades voltadas para o mercado e geração de lucros acarretando assim, cada vez mais políticas residuais e focalizadas. Rizotto e Bortoloto (2011 *apud* MAURIEL, 2013, p. 110):

A equidade, na perspectiva que vem sendo apresentada pelos organismos multilaterais, contribuiria para a reprodução ampliada do capital nessa nova ordem tarde, haja vista que se pauta em uma concepção de justiça cujo o principio se refere ao estabelecimento de “números sociais”, a fim de garantir a manutenção de força de trabalho sobre as condições exigidas pela flexibilização, precarização e desregulamentação.

Portanto, o foco na pobreza é uma grande estratégia do capital, pois não se pensa no fator real, não se aprofunda na questão das desigualdades sociais que é inerente ao modo de produção capitalista, a crise estrutural desse sistema e vincular as políticas sociais focalizadas aos mais pobres, incentivando a competição dos sujeitos ao se destacar seus talentos e esforços, impede assim de se fazer uma análise crítica a toda ordem societária e sua estrutura.

Diante de toda a discussão apresentada, é importante salientar que quando as políticas sociais são focalizadas, o seu caráter de direito fica comprometido, sendo realocado para uma perspectiva de bens de consumo e conseqüentemente tirando do Estado e colocando nos sujeitos, a responsabilidade por sua condição de vida e a partir disso, os sujeitos que não se encaixam, são sujeitos que deveriam se ajustar ao sistema, ou seja, não se pensa numa mudança de estrutura dando continuidade assim, ao giro do capital, com as políticas engendrando esse sistema.

1.2 Organismos Internacionais e Educação Superior no Brasil

A política de expansão do capital coloca a educação, como um setor para expandir a sua lucratividade e hegemonia. O Brasil, país de capitalismo dependente, engendra essa dinâmica e conseqüentemente, é direcionado as recomendações dos organismos internacionais para a educação nos países periféricos.

Na busca de se fortalecer os laços de dominação, e conseqüentemente, diminuir um possível pensamento nos moldes soviéticos no período da guerra fria, o Banco Mundial-BM se reestrutura e consegue desarticular esse processo, ao mesmo tempo em que aumenta a sua potência em relação a organização e na influência em outros países, como demonstra Leher (2017, p. 23):

A análise do modo como o Banco encaminha as suas novas diretrizes ajuda a compreender como esta instituição obtém a capacidade de definir a direção das políticas dos países periféricos. Como as novas áreas de atuação da instituição estão sujeitas a maior grau de incerteza do que os tradicionais investimentos em infraestrutura, o Banco promoveu mudanças organizacionais importantes, ampliando o seu corpo técnico, transformando-se no maior centro mundial de informações a respeito do desenvolvimento. Com base nessas informações, o organismo passou a ter maior controle sobre os países tomadores de empréstimos. Para isso, modificou o escopo dos projetos, ampliando-os para programas (muito mais complexos e abrangentes, incidindo sobre setores vastos como a educação), tornando mais rígidas as condicionalidades. Esta reorientação do Banco obteve êxito, não tanto pelo sucesso das políticas setoriais, que em geral fracassaram econômica e socialmente, mas em termos políticos mais amplos. A sua influência contribuiu para impedir que muitos países em processo de descolonização passassem para a esfera de influência

soviética. Além disto, possibilitou a ampliação dos países membros, garantindo sua presença em 179 países (1995).

Uma das estratégias usadas pelo Banco mundial é relativo a segurança nos países periféricos, onde, a desigualdade social é imensa, e uma possível falta de controle dos sujeitos dessa ordem societária, não seria interessante para as futuras intervenções do BM como coloca Leher (2017, p. 26):

Nos documentos mais recentes do Banco e nos pronunciamentos de seus dirigentes, é visível a recorrência da questão da pobreza e do temor quanto à segurança: nos termos do presidente do Banco, “as pessoas pobres do Mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas”. Em suma, a pobreza pode gerar um clima desfavorável para os negócios. E a exclusão planetária não pára de crescer.

A educação superior, como característica perspectiva direito social, representar um bem de consumo, ou seja, uma mercadoria para aquele que pode pagar. O incentivo a privatização (parcerias entre a esfera público e privado) é uma das várias faces da privatização que descaracteriza a qualidade do ensino e o transforma em caráter mercadológico, como salienta Lima (2011, p. 87):

O direito à educação é reconfigurado por meio da privatização em larga escala; do repasse (direto e indireto) dos recursos públicos ao setor privado, além de adoção da lógica empresarial como modelo de gestão nas instituições educacionais públicas, privilegiando a relação custo-benefício, a eficácia e a qualidade medidas pela relação com o mercado; de que são importantes referências, a certificação e a fragmentação do ensino e dos conhecimentos; o aligeiramento da formação profissional e a intensificação do trabalho docente. Um processo de reformulação que configurou a educação como um campo de exploração lucrativa para o capital em crise e aprofundou sua função política, econômica e ideológico-cultural de reprodução da concepção burguesa de mundo.

Para Leher (2017), o Banco destaca que a autonomia das instituições universitárias distanciadas do Estado é de suma importância:

O Banco indica os instrumentos para a implementação dessa política, enfatizando a importância de redefinir a autonomia universitária em moldes neoliberais, a saber, uma autonomia que signifique o afastamento do Estado da vida da instituição: “Uma maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma no ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente. Uma meta indicativa poderia ser as instituições estatais de nível superior gerarem recursos suficientes para financiar aproximadamente 30% de suas necessidades totais de recursos” (LEHER, 2017, p. 28).

Acompanhando o movimento de produção e reprodução do capital, a expansão da privatização da educação superior vem acentuando através de dois movimentos, como destaca Lima (2011, p. 87):

Essa ampliação foi realizada através de dois movimentos: a) a expansão das instituições privadas, através da liberalização dos “serviços educacionais”; b) a privatização interna das universidades públicas, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades pelos cursos pagos e do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas, redirecionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Outro ponto estratégico proposto pelo Banco mundial-BM, foi a diversificação das fontes de financiamento, como destaca o Banco Mundial (1994 *apud* LIMA, 2011, p. 87):

A diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas apresentou-se como a segunda estratégia. Para tanto, o BM defendeu a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes; o corte de verbas públicas para as atividades consideradas “não relacionadas com a educação” (alojamento/moradia estudantil e alimentação/bandejão); assim como a utilização de verbas privadas advindas de doações de empresas e das associações dos ex-alunos, dos cursos de curta duração, dos cursos pagos e da venda de “serviços educacionais”, como consultorias e pesquisas. Esses “serviços” deveriam ser administrados através de convênios firmados entre as universidades públicas e as empresas, mediados pelas fundações de direito privado, concebidas como estruturas administrativamente mais flexíveis.

Com todos esses pontos de mudanças, precisava-se pensar no papel que o Estado exerceria nesse contexto de reestruturação educacional. O Estado não só entraria na dinâmica das parcerias público-privado como viria dar legitimidade e suporte para tal movimento, como pontua Lima (2011, p. 88):

O reordenamento do papel do Estado, eixo norteador da política do BM para a periferia do capitalismo, consolidou, ao longo da década de 1990 e no início do novo século, um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a educação superior.

A educação superior ao adentrar na dinâmica de geração de lucros do capital, reforça a exploração de mais-valia do trabalhador da classe operária onde, se perde a concepção de uma educação voltada para a construção de conhecimento, e se reforça a educação voltada para o mercado. Lima (2011, p. 88) diz que:

Nos últimos anos, elementos de continuidade e novas expressões vêm à tona no que tange a abertura do “setor educacional” como opção de investimentos de grupos privados. O elemento de continuidade é garantido pelo reforço à concepção de

educação como instrumento de preparação da força de trabalho para o mercado e também de dominação ideológica através da visão burguesa de mundo.

Ao se descaracterizar a educação como produção de conhecimento e voltado para o mercado. Leher, (2017, p. 25) também aponta:

Nesta versão renovada da teoria do capital humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo: “é a empresa que deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar”. A empresa precisa “utilizar de maneira eficiente o cérebro de seus funcionários” que, por isso, devem ser depositários de conhecimento útil para o capital.

A educação vista como fins mercadológicos, tirando toda a transformação que ela pode trazer para a sociabilidade dos sujeitos, contribui para que as desigualdades fiquem em sua aparência, já que, sem um aparato de um conhecimento de qualidade, o pensamento crítico fica extremamente comprometido. Leher, (2017, p. 19-20) diz que:

Ao considerar apenas a dimensão estritamente instrumental da educação (habilidades e qualificação requeridas) face à dinâmica do capital, o pensamento crítico não rompe os marcos do economicismo, contribuindo para a hipertrofia da crença no determinismo tecnológico, com significativas consequências desmobilizadoras.

As reformulações para a educação superior têm mais intensidade na década de 1990, é o incentivo á privatização vem se acentuando, não havendo mudança nos governos, mas sim, o aumento nas instituições privadas em relação às instituições públicas como mostra os dados destacados por Brasil (2008 *apud* LIMA, 2011, p. 90):

O estímulo à privatização da educação superior e das “instituições de ensino” (centros universitários e faculdades isoladas) não será, portanto, alterado no governo Lula da Silva, conforme demonstram os dados do Censo da Educação Superior de 2008. Se em 2002 (final do governo Cardoso) do total de 1.637 IES, 195 eram públicas e 1.442, privadas, em 2008, do total de 2.251 IES, 235 eram públicas e 2.016 eram IES privadas. Em relação à organização acadêmica, em 2002 o número de instituições estava assim distribuído: de 1.637 IES, 162 eram universidades, 77 centros universitários e 1.398 faculdades isoladas. Em 2008, de 2.252 IES, 183 eram universidades, 124 centros universitários e 1.945 eram faculdades isoladas (BRASIL, 2008). Ainda que apresentasse alterações em relação ao número de IES públicas, especialmente em relação às universidades, permaneceu a execução da política do BM: diversificação das IES e dos cursos e das suas fontes de financiamento.

Com a Lei de Incentivo Fiscal á Pesquisa aprovada, fica evidente o caráter comercial que a educação das parcerias público-privado adquire. Conforme Lima (2011, p. 91):

Com a Lei de Incentivo Fiscal à Pesquisa, as universidades enviarão projetos desenvolvidos em seus campi uma comissão tripartite, formada pelos ministérios da Educação, Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia. Os projetos aprovados farão parte de um catálogo que será distribuído à iniciativa privada. As empresas que se interessarem por projetos do catálogo poderão doar entre 17% e 85% do valor do plano – e terão essa doação abatida de impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL). Essa porcentagem doada será convertida para a universidade em participação na propriedade intelectual do projeto, e o que faltar para 100% vai se tornar propriedade intelectual da empresa. Por exemplo: para um projeto aprovado pela comissão tripartite no valor de R\$ 100 mil, uma empresa doa R\$ 75 mil, 75% da patente será da universidade que gerou o projeto, e os outros 25% da propriedade intelectual serão da empresa que doou os recursos.

O que acontece, é que desde a época da ditadura militar, onde o processo de reforma educacional se inicia, e a partir daí até os dias atuais, a política de reestruturação da educação, vinculada ao incentivo à privatização, vem ganhando força e destaque. As propostas feitas pelo Banco Mundial, com ênfase na desresponsabilização do Estado, ou seja, passa a exercer um papel voltado para a gestão e parceria com as empresas privadas evidenciando assim, o caráter mercadológico que a educação vem ganhando, mostrando que está em pleno acordo com a dinâmica da exploração do capital e a geração de lucros que esse sistema busca.

1.3 A Educação Superior no Brasil: Um breve histórico

Ao analisar o processo de contrarreforma na educação superior brasileira, é preciso salientar a dinâmica que se estrutura e se funda as instituições universitárias no país. Assim as universidades tem uma importância nos moldes do capitalismo e exerce a função de propagar a hegemonia e a soberania de dominação da classe burguesa. No Brasil, a universidade é implantada com o início da industrialização, dando ênfase ao novo processo econômico e social que se iniciava. Marini e Speller (1977, s/p) afirmam que:

O caso brasileiro é ainda mais ilustrativo, já que neste país a universidade é diretamente uma criação do capitalismo industrial, posterior aos anos 1930. Seus primeiros passos, as primeiras tentativas de formação de instituições universitárias, correspondem à década anterior, precisamente aquele em que arranca o processo de industrialização brasileira, ao mesmo tempo em que já se manifesta a crise da antiga economia exportadora. A história da universidade brasileira não cobre ainda um período muito maior do que 40 anos.

O Brasil, país dependente da exportação e importação para a sua economia e vida social, ao implementar o sistema educacional, exporta então as estruturas educacionais de fora como destaca Marini e Speller (1977, s/p):

É natural, portanto, que as idéias, assim como os produtores e administradores de idéias, os letrados, fossem importados dos centros metropolitanos europeus. O envio de estudantes à Universidade de Coimbra, que voltavam ao país transformados em juristas e homens de letras, é a resposta fiel, no plano ideológico, do esquema de produção e circulação próprio da economia exportadora brasileira, tanto no período colonial como independente.

O sistema escravista no Brasil, está vinculado diretamente ao trabalho manual, e com as transformações que a industrialização começa a implementar, era considerado indigno, sendo assim, a educação era somente acessada pela classe mais abastada, como salientam Marini e Speller (1977, s/p):

Ao considerar a sociedade colonial brasileira, veremos que ali praticamente não existe a instrução primária como instituição social independente, sendo que tal instrução se identifica ainda com a instituição familiar e está reservada às classes poderosas. A instrução média, extremamente limitada, apenas começa seu processo de institucionalização no marco da instituição religiosa, para o qual os jesuítas desempenharam um papel relevante.

A estrutura societária apesar de ainda estar atrelada as oligarquias, começa a dar passos importantes, com esse contexto, para uma ampliação no setor educacional, como destacam Marini e Speller (1977, s/p):

Começava assim o trânsito do país a uma economia capitalista plena, que levaria ainda tempo para se expressar no plano político e acabar com a dominação da oligarquia açucareira. Neste lapso, a educação superior segue regida pelo padrão colonial, ainda que se possa observar, desde a segunda metade da década, o surgimento de algumas instituições superiores – faculdades de direito, em geral –, enquanto ganha impulso a formação militar, de caráter mais técnico (aqui começa o ensino de engenharia), da qual se beneficiam principalmente as camadas médias.

Com o regime republicano no país ainda atrelado as alianças das oligarquias, o sistema educacional continua a caminhar a passos lentos, segundo os autores a separação entre igreja e Estado ocorre, porém, as mudanças na educação acontecem de forma muito limitada. Marini e Speller (1977, s/p) dizem que:

Entende-se assim porque as mudanças introduzidas pela Primeira República no plano educativo tenham sido limitadas. Mesmo que tenha ocorrido a separação entre a igreja e o Estado, isto somente repercutiu nas escolas primárias públicas, que eram a minoria, ao se suprimir o ensino religioso. O sistema educativo primário e médio segue em sua imensa maioria em mãos de particulares, principalmente a igreja, além de se descentralizar, escapando à esfera do governo federal. Não se verifica, pois, a formação de um sistema educativo nacional integrado, e nem sequer de uma legislação que oriente a educação em todo o país. A educação superior segue se desenvolvendo sob a forma de instituições isoladas, faculdades de direito em sua maioria, que proporcionam ao país os administradores, juristas e políticos, e observa-se também o surgimento das primeiras escolas de medicina.

Com a revolução de 1930, sobre o comando de Getúlio Vargas, inicia-se grandes mudanças e avanços no sistema educacional do país, a União Nacional dos Estudantes-UNE também é fundada, é terá grande importância na luta pela educação no Brasil, como destacam Marini e Speller (1977, s/p):

No processo de criação de um Estado capitalista moderno, a revolução de 1930 não descuidou do campo educativo. Com a criação, em 1930, do Ministério de Educação e Saúde (mais tarde, de Educação e Cultura), assiste-se à formação de sistema educativo nacional, altamente centralizado. Promove-se a educação primária; reestrutura-se o ensino médio, com as reformas de 1931 (que restabelece o religioso nas escolas públicas, com caráter facultativo) e de 1942, e se estrutura um importante sistema de formação profissional, que assegura a oferta de mão-de-obra qualificada e semi-qualificada que a industrialização requeria.

A partir disso, as universidades brasileiras passam por transformações, os antigos seguimentos das oligarquias vão sendo deixados para trás e inicia-se com a industrialização as mudanças necessárias que o momento econômico e social daquela década exigia, porém, com o golpe militar de 1964, mudanças em toda a estrutura societária ocorrem, inclusive no setor educacional. Como salientam Marini e Speller (1977, s/p):

O sistema de educação superior surgia, então, no contexto da transformação do antigo Brasil agrário e exportador ao Brasil industrial de nossos dias. Seu percurso estará ligado ao desenvolvimento econômico e político dessa nova realidade, e se caracterizará por um crescimento anárquico que transborda os marcos estabelecidos no período do Estado Novo, sem que novos estatutos legais lhe venham a dar coerência. Somente em 1961 se aprova uma lei global, a de Diretrizes e Bases da Educação, fruto das lutas políticas que durante mais de vinte anos haviam sacudido o país. No entanto, sua vigência foi curta, posto que o golpe militar de 1964, que culmina o agitado período que vive o Brasil a partir de 1950, levará a profundas transformações institucionais no país, inclusive no campo educativo.

Com o regime militar, toda a estrutura da sociedade segue sobre um regime forte e duro, de repressão extrema, onde a classe burguesa impõe mudanças visando maior dominação e autonomia, nesse contexto a UNE teve grande importância, pois, não luta apenas pela questão educacional, mas assume também outras bandeiras de luta, como coloca os autores Marini e Speller (1977, s/p):

Finalmente, é necessário assinalar o desenvolvimento e a importância política que teve o movimento estudantil, liderado pela UNE, no período da pós-guerra, que fizeram desse movimento uma das grandes formas políticas na crise de princípios dos anos 1960. Atuando ativamente nas grandes campanhas nacionais, particularmente na luta pela nacionalização do petróleo; assumindo as causas mais avançadas, como a defesa da Revolução Cubana; lançando iniciativas ousadas, como

a campanha de alfabetização, no período presidencial de João Goulart, a UNE desempenhou um papel importante no processo político brasileiro daquele período. Este processo, ao arrastar amplas camadas da população urbana e rural ao centro da vida política, levou as classes dominantes e o imperialismo estadunidense à solução contra-revolucionária, expressa no golpe militar de 1964.

A repressão contra a União nacional dos estudantes, ganha força nesse período e em relação a isso, os militares trabalham em dois sentidos. Marini e Speller (1977, s/p) pontuam:

Em relação à educação superior, a ditadura militar se move, em sua primeira fase, isto é, até 1968, em dois sentidos: busca dominar o movimento estudantil, que tinha ganho no período anterior grande capacidade de mobilização e havia desempenhado um papel destacado no processo político que precedeu o golpe de Estado; e pretende estabelecer novos lineamentos para as estruturas educativas, com o fim de adequá-las aos novos objetivos econômicos e políticos do regime do grande capital.

Com o golpe de 1964, a expansão do capital pelas empresas internacionais se acentua, assim, começa então no sistema educacional a parceria do público-privado abrindo as portas para a privatização também das universidades no país, como destacam Marini e Speller (1977, s/p):

Neste marco, a universidade brasileira, seguindo a tendência da sociedade na qual se encontra inserida, acentua até o limite as funções próprias da universidade burguesa. A universidade brasileira não cumpre simplesmente a tarefa de reproduzir a divisão do trabalho manual e intelectual, assim como de transmitir aos jovens valores da ideologia burguesa: é em si mesma parte do aparato estatal, contribuindo diretamente ao exercício da política repressiva e identificando os conteúdos que transmite com a ideologia dominante, camuflada de segurança nacional. A universidade brasileira não é apenas um dos meios que a burguesia utiliza para formar a mão-de-obra qualificada requerida pela reprodução de capital: converte-se também em campo para a reprodução do próprio capital, em área de investimento da empresa privada.

Com as reestruturações econômicas que acontecem no país a partir da década de 1990, e conseqüentemente a mundialização do capital, a esfera privada, ganha força ao ter destaque na aprovação do Plano Nacional de educação, como salienta Minto (2018, p. 05):

Aprovado em 3 de junho de 2014, no Congresso Nacional, o PNE entrou em vigor no dia 25 daquele mês. Depois de muitas mudanças no projeto original, que já havia incorporado de maneira bastante restrita as deliberações da Conferência Nacional de Educação 2010 (CONAE), o texto aprovado foi comemorado por várias razões, entre as quais sobressai seu viés privatista.

Com esse caráter privatista, as metas estabelecidas pelo PNE, ganham ainda mais abertura para a transferência de recursos da educação do setor público para o privado, acentuando cada vez mais seu viés mercadológico. Segundo Minto (2018, p. 06):

Na elaboração de uma peça como o PNE, abre-se a possibilidade de alterar as linhas gerais de implementação das políticas para a educação. Para o setor privado, representa uma possibilidade de reorganização dos seus interesses perante o Estado, mormente de ampliar as estratégias de captura do fundo público num contexto em que os serviços se tornam cada vez mais estratégicos para frações da burguesia brasileira.

Um ponto importante para se destacar aqui, é sobre os programas de financiamento estudantil ofertados, o PROUNI e o FIES, ambos viabilizam a transferência dos recursos financeiros públicos para o setor privado e em consequência, colaboram para o processo de contrarreforma na educação superior pública, como demonstra Minto (2018, p. 09):

Podendo contar com a garantia dos recursos públicos que serão destinados, por exemplo, ao PROUNI e ao FIES, tendo a possibilidade de expandir a alternativa de baixo custo do EaD e não havendo no plano qualquer prioridade explícita para o financiamento do ensino superior público, no conjunto as metas podem representar uma redistribuição de recursos públicos em favor do ensino superior privado. Corre-se o risco de que os poucos pontos percentuais de expansão relativa das matrículas no ensino superior público sejam obtidos a custo de processos ampliados de precarização das condições de funcionamento, de trabalho e de manutenção.

Os pontos obscuros apresentados no PNE devido a não clareza de algumas metas, se encaixam na dinâmica do processo de contrarreforma, que, trata-se de um processo que prioriza a expansão do capital, uma reestrutura econômica que viabilize a geração de lucros em detrimento ao campo social pelos cortes de gastos para esse setor, que consequentemente a educação, ponto de estudo deste trabalho, sofre de forma perversa as consequências desse processo. Minto (2018, p. 12) explica que:

Aspectos omitidos ou implícitos no PNE também revelam muitos dos conflitos de interesses de que estamos tratando neste estudo. A tendência histórica de crescimento do ensino superior via diferenciação institucional e diversificação das modalidades de ensino, processos esses reforçados nos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, é um aspecto que, ao ser “silenciado” no planejamento da expansão do setor, implica manter um espaço crucial para o privado, principal beneficiário dessas tendências.

CAPÍTULO II - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Neste capítulo será abordado o histórico da assistência estudantil Brasil, em especial, assim como também os recursos do PNAES e o processo de reestruturação e expansão das universidades federais, REUNI.

Buscara entender neste momento histórico, político e socioeconômico que o país vem enfrentando, com intenso retrocesso aos direitos sociais, recaindo de forma imediata na educação superior, passa então por um processo de contrarreforma.

Analisar a historicidade da assistência estudantil no país, seu contexto de lutas, avanços e retrocessos, dentro de uma perspectiva, onde uma educação está cada vez mais voltada para os interesses da classe burguesa, e para a preparação na inserção ao mercado de trabalho. Destacara a importância dos movimentos educacionais, voltados para uma assistência estudantil mais abrangente, ou seja, que o caráter de renda e os critérios impostos para ter acesso aos auxílios ofertados nas instituições, focalizam a política entre os sujeitos mais necessitados.

Ainda neste capítulo, será abordado como as parcerias entre o setor público e o setor privado, vem contribuindo para uma realocação dos recursos públicos para as empresas privadas, e como este mesmo processo, vem aprofundando uma precarização no ensino superior brasileiro.

2.1 O surgimento da Assistência Estudantil no Brasil

Ao se fazer um recorte histórico sobre a Assistência Estudantil no Brasil, as primeiras ações iniciam-se na década de 1930 sobre o governo de Getúlio Vargas, que passa a entender a educação como responsabilidade do órgão público, como destaca Costa (2010 *apud* Imperatori, 2017, p. 285):

Da mesma forma que o direito à educação não é recente, as ações de assistência ao estudante remetem aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária. A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade.

Neste contexto, é possível observar que assim como as universidades brasileiras foram constituídas, somente os estudantes da classe burguesa ingressavam nas instituições, a assistência estudantil, também em seu início, nasce com a proposição de auxiliar esses estudantes que recebiam auxílio para a sua manutenção no exterior.

De acordo com Imperatori (2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB de 1961, destaca dois artigos referentes à assistência estudantil.

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.
Art. 91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (IMPERATORI, 2017, p. 286).

Com as ações da política de assistência estudantil sendo implementadas, o acesso as instituições universitárias por parte dos estudantes da classe burguesa aumenta, assim, as lutas e os movimentos estudantis pressionavam as universidades para que assumissem responsabilidades com os estudantes que ingressavam nas universidades, como coloca Sousa (2005 *apud* IMPERATORI, 2017, p. 287):

Tendo em vista a expansão das vagas, a juventude das classes mais baixas passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos.

Os aspectos econômicos vivenciados por estudantes da classe operária recaem diretamente e de forma mais acentuada, em sua formação educacional, por isso, era preciso pensar em alternativas para atender esses sujeitos como coloca Vasconcellos, (2010), Felicetti e Morosini (2009) *apud* Imperatori (2017, p. 290):

Ao lado desses fatores, a questão socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos. Nesse sentido, é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional (Vasconcelos, 2010). Isso porque, nos termos de Felicetti e Morosini (2009, p. 11), “questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior”.

Com o fim da ditadura militar estabelecida no país, as condições políticas com a democratização no país, viabiliza a construção e elaboração das diretrizes sobre a assistência estudantil, neste momento, é criado o Fonaprace, órgão composto por gestores das instituições, que abarcara as bandeiras de luta dos movimentos educacionais, na garantia de uma política voltada para a viabilização da permanência dos estudantes nas IFES. Fonaprace (2008 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p. 154):

O Fonaprace congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil. Enquanto finalidade, o Fórum “definiu como meta prioritária trabalhar na sistematização de uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES, na perspectiva da inclusão e do direito social e da democratização do ensino”.

O Fonaprace terá um papel fundamental na concepção da assistência estudantil no Brasil, através dele, será feita uma pesquisa nas instituições sobre o perfil dos estudantes, e através do resultado desta pesquisa, será dando embasamento para as articulações que irão constar no PNAES, como apontam Dutra e Santos (2017, p. 155):

Com o objetivo de oferecer subsídios sólidos para a formulação de uma política de assistência ao estudante em esfera nacional, o Fonaprace empenhou-se na década de 1990 no desenvolvimento de um trabalho sistemático nas IFES para determinação do perfil socioeconômico e cultural dos seus discentes. Com isso, buscava-se identificar dados confiáveis considerados elementos indispensáveis ao debate, formulação e implantação de políticas sociais que pudessem garantir a permanência dos estudantes em suas Instituições. Nessa direção, o Fonaprace realizou e publicou em 1997, 2004, e posteriormente em 2011, pesquisas amostrais sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação dessas Instituições. Os dados levantados apontaram a classificação econômica dos discentes e os principais indicadores sociais relacionados às necessidades estudantis: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho, indicando parâmetros para melhor definir as diretrizes para o desenvolvimento de programas e ações de AE a serem implementados pelas Instituições de Ensino Superior públicas.

Os profissionais em serviço social no âmbito da educação, em especial, aos que trabalham na assistência estudantil, tem como principio, utilizando-se dos instrumentais da profissão, do seu arcabouço teórico adquirido durante sua graduação e vinculando sua atuação com o projeto ético-político, executa suas atividades na viabilização dos direitos dos usuários, na garantia da sua inserção e efetivação na política da assistência estudantil para os estudantes que utilizam está política, em especial, aos estudantes da classe trabalhadora. Como destaca Nascimento (2013, p. 381):

A respeito do ingresso nas instituições educacionais, registra-se que os estudantes pertencentes à classe trabalhadora, denominados por alguns teóricos como sujeitos das classes populares, apresentam maiores dificuldades no que se refere ao acesso e também à permanência na escola, os quais requerem ao mesmo tempo a democratização de ambas as variáveis no cotidiano acadêmico. Vimos em Castro (2009) que determinados segmentos e grupos sociais não anseiam apenas o ingresso na escola, mas almejam a permanência.

A educação caracteriza-se, como um dos eixos que perpassa as expressões da questão social dentro do modo de produção capitalista, portanto, é preciso que se trabalhe além da garantia de inserção de novos estudantes, mas também, precisa-se pensar em maneiras de garantir sua permanência na busca de melhores condições na qualidade de vida desses sujeitos durante seu período de graduação. Magalhães (2012 *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 382) diz que:

Avalia-se que o direito à educação não se pode efetivar apenas na ampliação das possibilidades de acesso, torna-se imprescindível a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso daqueles que ingressam nas instituições educacionais, considerando seus diferentes níveis de ensino, “[...] reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso”.

De acordo com as discussões que vem sendo apresentadas neste trabalho, as políticas sociais, tem em sua essência uma perspectiva de direito, mas também abrange o ponto do capital na viabilização de recursos que conseqüentemente irá gerar lucro dentro da estrutura do sistema capitalista. Sobre esse contexto, Yazbek (2006 *apud* Nascimento, 2013, p. 383) fala:

(...) o assistencial manifesta-se como estratégia de dupla face, quais sejam: o assistencial como mecanismo de estabilização das relações sociais, constituindo-se na ótica da ação estatal; como forma concreta de acesso a recursos, serviços e também a um espaço de reconhecimento de direitos, esta é a face procurada pelos excluídos e subalternizados. Então o assistencial apresenta-se como “[...] campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado”.

Na assistência estudantil, quando se coloca critérios de seleção para caracterizar a inserção e não inserção de estudantes, ou seja, critérios que seleciona sujeitos que estão dentro dos parâmetros estipulados e conseqüentemente, aqueles que não correspondem às características exigidas são excluídos dando um entorno ao mesmo tempo de inclusão e exclusão desta política. Nascimento (2013, p. 384) aponta:

No caso da política de Assistência Estudantil, Nascimento (2012b) aponta que esse mecanismo possui duas faces: uma de inclusão e outra de exclusão. “Sua face inclusiva se dá por, de fato, atender às necessidades [...] dos estudantes. Por outro lado, ao estruturar-se por critérios de elegibilidade manifesta sua face de exclusão” (NASCIMENTO, 2012b, p.149), pois com tais critérios muitos estudantes que apresentam demandas inerentes ao acesso das ações de permanência, embora tenham o perfil para acessar as referidas ações, ficam aguardando surgimento de vagas para a possível inserção nos auxílios, programas e serviços ofertados através da Assistência Estudantil, deixando os estudantes a mercê das estratégias individuais no enfrentamento às dificuldades de permanência.

Sobre se fixar em aspectos de renda dos estudantes, a autora Imperatori (2017) destaca o seu caráter restritivo.

Dessa forma, o acesso à assistência estudantil foi fixado a partir de um critério de renda, mais restritivo que o anterior, que ainda poderá ser acrescido de outros critérios nas instituições. Isso significa que não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação. Ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários. Outro aspecto interessante é observar que o usuário da assistência estudantil é o próprio estudante e não sua família, o que agrega um caráter individual ao programa (IMPERATORI, 2017, p. 291).

Portanto, profissionais em serviço social, ativos e propositivos são de extrema importância, pois, a assistência estudantil se configura como um campo de atuação deste profissional que deve pautar suas ações ao projeto ético-político da profissão, sobre esse aspecto, Nascimento (2013, p. 386) aponta:

Quando afirmamos que a Assistência Estudantil pode ser defendida com base no projeto ético-político do Serviço Social, a referência que norteia tal assertiva é decorrente da compreensão que esta política se apresenta como um espaço de atuação profissional do assistente social, considerando os diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam a intervenção profissional por parte dos assistentes sociais, categoria profissional que construiu um projeto ético-político próprio, como veremos a seguir. Desta feita, dentre as diversas categorias profissionais presentes no processo de formulação, implementação e avaliação da política de Assistência Estudantil, demarca-se a presença do assistente social como profissional que se insere nessa dinâmica, com o fito de em conjunto com as demais categorias dar respostas profissionais ao processo de enfrentamento às expressões da questão social, preservando-se as particularidades do exercício profissional.

As ações propostas pelo PNAES se desenvolvem em diversas áreas, na busca pela democratização ao acesso do ensino superior, como também, dar condições de permanência aos estudantes. Sobre esse ponto Nascimento (2013, p. 393) discorre:

No dizer de Magalhães (2012, p.96) as ações preconizadas pelo PNAES “se caracterizam como ações afirmativas de permanência, destinadas, prioritariamente, a alunos oriundos das camadas populares, objetivando promover efetivas condições para a realização e conclusão do curso [...]”. Verifica-se, no âmbito do PNAES,

Artigo 3º, parágrafo 1º, que as ações de Assistência Estudantil devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Sabendo-se que o PNAES tem um público prioritário, é preciso pensar para além dessa perspectiva, pensar na totalidade dos sujeitos e nas diferentes formas que as expressões da questão social atingem a vida destes.

Mediante o quadro conjuntural de agravamento das expressões da questão social vivenciadas cotidianamente pelos sujeitos que demandam as ações de Assistência Estudantil, alude-se que a “[...] ampliação da abrangência dos programas da assistência estudantil só será possível se as diretrizes dos programas incorporarem as reais necessidades dos estudantes, o que requer que a interpretação dessas necessidades estudantis seja feita de forma crítica” (NASCIMENTO, 2012 apud NASCIMENTO, 2013, p. 395).

Diante dos intensos retrocessos na política social que o país vem passando, os desafios para a atuação desses profissionais são imensos e diversos, precisa-se pensar de forma mais crítica as proposições diante dos obstáculos apresentados e para uma maior efetivação, de forma mais abrangente com características de universalizar os direitos aos sujeitos. Conforme Nascimento (2013, p. 396),

Ante o cenário dos desafios postos à operacionalização das ações de Assistência Estudantil por parte de diferentes categorias profissionais que atuam nesta política, destacando nessa abordagem a atuação do assistente social, apresenta-se como maior desafio o traço de seletividade e focalização da política. Como resultado desses elementos que caracterizam a Assistência Estudantil constata-se no interior das instituições educacionais a “democratização” somente do acesso, traduzida a partir do aumento de ingressantes nas diferentes modalidades de ensino, o que nos impulsiona a reafirmar a necessidade de viabilizar ao mesmo tempo a democratização das ações de acesso e permanência, devendo ser garantida por parte do Estado, sem que a responsabilidade das condições de acesso e permanência seja transferida para os estudantes e respectivos núcleos familiares. Para tanto, esse posicionamento requer estratégias balizadas, sobretudo, na dimensão ético-política do projeto profissional, nos remetendo a defesa da universalidade do acesso a bens e serviços com primazia para a sua qualidade, de modo que os programas, projetos e serviços da Assistência Estudantil denotem compatibilidade de avanços quantitativa e qualitativamente.

Diante de todo o conteúdo apresentado até aqui, cabe ressaltar que a política de Assistência estudantil, teve grande importância ao acesso no ensino superior público por estudantes da classe trabalhadora, porém, deve-se salientar, que esta política ainda encontra grandes desafios quando se trata da permanência desses estudantes nas instituições, precisa-se

portanto, analisar de forma mais crítica, com o objetivo de garantir a permanência e diminuindo assim a evasão destes sujeitos.

2.2 Considerações do PNAES nas Instituições Federais

O marco legal que destaca a política de assistência estudantil é o PNAES. Nascimento (2013, p. 392) aponta essa constituição:

(...) que em 2007 com a construção do Plano Nacional de Assistência Estudantil institucionalizam-se as ações de assistência aos estudantes universitários, esse processo ocorre de maneira mais intensa a partir de 2010 em decorrência da aprovação do Decreto N°. 7.234 que dispõe sobre o PNAES, atribuindo às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e aos Institutos Federais (IF) a obrigatoriedade de construir suas próprias políticas de assistência ao estudante.

É importante salientar, que cada instituição é responsável por gerir e implementar as medidas com os recursos recebidos do governo para o PNAES, cada instituição tem características e particularidades próprias, e, vão optar na direção de melhorias em sua estrutura, como aponta Brasil (2010 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p. 172):

Nessa direção, o Pnaes (Decreto nº 7.234/2010) define que os recursos serão repassados às IFES, as quais deverão implementar as ações de AE considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. Essas Instituições ficam responsáveis também por fixar critérios e a metodologia para seleção dos estudantes a serem beneficiados, bem como estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação do Programa. Ao Estado cabe compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observando-se os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

O processo de expansão e reestruturação das universidades federais no Brasil está ligado diretamente ao movimento de expansão do capital, vinculado aos interesses externos, o Estado ao reduzir recursos públicos para os gastos em políticas públicas, fortalece as diferentes modalidades de parceiras público-privadas. Dentre estes, os organismos internacionais com maior interesse na dinâmica socioeconômica dos países periféricos, estão o Banco Mundial-BM e o Fundo Monetário Internacional-FMI. Como salientam Chaves e Araujo (2011, p. 65):

O processo de expansão da educação superior brasileira está diretamente ligado ao movimento reformista, orientado por organismos multilaterais de financiamento

como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). As reformas educacionais impostas por esses organismos são condicionadas pela consecução de recursos das mais diversas ordens. Como receita para superar o déficit público e estabilizar as convulsionadas economias, esses organismos defendem a redução dos custos, o aumento da competitividade e a formação de recursos humanos mais produtivos e competitivos. A ideia básica presente nas reformas educativas, nas décadas de 1980 e 1990, em consonância com esses organismos multilaterais, é que os sistemas de ensino devem se tornar mais diversificados e flexíveis, objetivando maior competitividade com contenção dos gastos.

Portanto, este processo de reestruturação da educação superior no Brasil, está diretamente ligado ao movimento de contrarreforma² do Estado, que se iniciou na década de 1990, dando ênfase as parcerias público-privada e inserindo a educação na dinâmica de lucros do capital. Chaves e Araújo (2011, p. 65) afirmam:

As atuais políticas implementadas pelo governo para a educação superior no Brasil estão relacionadas com a estratégia de inserção da economia brasileira nas grandes transformações que vêm ocorrendo na base produtiva do sistema capitalista em âmbito mundial. Essa estratégia determinou a imposição de um conjunto de reformas orientadas pela busca da redução de custos com as políticas sociais, atingindo a educação de modo geral e a universidade em particular. As restrições orçamentárias, a que vem sendo submetida, contribuíram para que a universidade pública brasileira, incapaz de resistir ao impacto da luta pela produtividade, acabasse adaptando-se às novas condições e procurando meios alternativos de financiamento.

Ao se diversificar o acesso à educação superior, acontece uma quebra na qualidade de ensino que deveria ser uma construção de conhecimento, dando continuidade ao processo que se iniciou na ditadura militar, onde a educação passa a ser uma reprodução para fins de mercado de trabalho e atender a agenda do capital. Ao falar desse processo contraditório, Cêa, (2006 *apud* CHAVES; ARAÚJO, 2011, p. 65-66) acrescenta:

A contrarreforma da educação superior no Brasil deve ser entendida a partir do seu caráter contraditório, que une, a um só tempo, marcas de permanência e mudança: a expansão do acesso das classes trabalhadoras ao ensino superior é coetânea da desqualificação desse nível de ensino, principalmente pela descaracterização da educação superior (especialmente da universidade) como espaço de produção de

² A chamada “reforma do Estado” funda-se na necessidade do grande capital de liberalizar, desimpedir, desregular os mercados. Assim, concebe-se como parte do desmonte das bases de regulação das relações sociais, políticas e econômicas. Portanto, tal reforma deixa claro que seu caráter não é um “ajuste positivo” de caráter meramente administrativo-institucional, apenas no plano político-burocrático, mas está articulada á reestruturação produtiva, á retomada das elevadas taxas de lucro, da ampliação da hegemonia política e ideológica do grande capital, no interior da reestruturação do capital em geral tem assim um caráter, político, econômico e ideológico que visa alterar as bases do “Estado do Bem-Estar Social” e do conjunto da sociedade, construídas no interior de um “pacto social-democrata”, no período do pós-guerra, e que conformaram o “Regime de Acumulação fordista-keynesiano”. Tem por objetivo esvaziar diversas conquistas sociais, trabalhistas, políticas e econômicas desenvolvidas ao longo do século XX e, portanto, no lugar de uma “reforma”, configura um verdadeiro processo de **(contra)reforma do Estado** (ver Behring, 2003). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 203).

conhecimento técnico-científico; ou seja, a manutenção da educação como um dos distintivos de classe é condição das mudanças a serem introduzidas nos sistemas de ensino no sentido de sua expansão. Desse modo, a reforma aparece como uma das expressões das tensões estruturais do capitalismo e das recentes tentativas da classe hegemônica de recompor sua capacidade de convencimento, em um momento de aprofundamento e refinamento de diferentes formas de opressão sobre os trabalhadores, visando a consolidação de uma nova forma de sociabilidade do capital

Com a parceria pública-privada, dando prioridade a privatização do ensino superior, as autoras destacam que, acontece uma maior inserção de estudantes em universidades privadas do que em universidades públicas, cumprindo assim, o papel partilhado pela burguesia nacional, o Estado e pelos organismos internacionais para a contenção de gastos públicos na educação. Chaves e Araújo (2011, p. 66) registram:

Ao analisarmos a expansão do ensino superior no país, considerando as IES públicas e privadas, os dados do Censo da Educação Superior demonstram que uma expansão do setor privado, de forma mais acentuada que o setor público, evidencia o aprofundamento da política privatista adotada pelos governos brasileiros no período pós-LDB. Das 922 IES existentes no Brasil em 1996, 211 eram públicas (22,9%) e 711 eram privadas (77,1%). No ano de 2009, eram 2.314 IES no país, sendo 245 (10,6%) públicas e 2.069 (89,4%) privadas. O crescimento das IES no período foi de 151%, enquanto as públicas cresceram 16,1% e as privadas 191%.

A educação fornecida para a classe trabalhadora, e elaborada e orientada e difundida aos interesses do capital, onde, o setor educacional passa a ser grande eixo de expansão e lucros, uma classe voltada não para a produção de conhecimento, mas sim, para a reprodução técnica de trabalho e exploração da mais-valia pela classe burguesa. Nessa perspectiva, a educação a distância vem ganhando destaque e mostrando um grande potencial na dinâmica de lucros, como destacam Chaves e Araújo (2011, p. 66):

Os dados expostos evidenciam a política, adotada no país, de expansão do setor privado da educação superior e encolhimento do público. Nesse processo de expansão intensa do setor privado, a inserção do ensino superior no paradigma empresarial resulta, em larga medida, do aproveitamento, pelo grande capital, do potencial de exploração e lucratividade gerado pelos serviços educacionais. Na atual fase de organização e reestruturação capitalista, o conhecimento é transformado numa valiosa fonte de ampliação e reprodução do capital. E a modalidade de educação que se encaixa perfeitamente nesse cenário é a educação à distância, em razão de os investimentos necessários para a implantação da tecnologia de informação e comunicação serem menores que os investimentos em infraestrutura física para a modalidade presencial. O quadro de pessoal envolvido, entre técnicos, docentes e gestores, demanda menores contratações. E, por fim, certamente o elemento mais relevante, a capacidade de atendimento ser muito mais ampla que a educação presencial.

Em contrapartida, a instituição pública vem sofrendo grandes investidas dos organismos internacionais, na busca desenfreada da educação voltada para o mercado, acarretando assim, diversos problemas em relação aos recursos e sua gestão, ficando atrelada as condicionalidades impostas pelo o capital, como demonstram Chaves e Araújo (2011, p. 66-67):

A universidade pública é alvo de intensas investidas, particularmente nos aspectos relacionados ao financiamento e à autonomia. No primeiro aspecto, as orientações emanadas, em especial, do Banco Mundial, se direcionam à redução de investimentos às IES públicas, que devem ser induzidas a diversificar as fontes de financiamento, com a oferta de serviços ao mercado, bem como a cobrança de taxas de seus alunos, inclusive egressos. A autonomia é ameaçada por meio de mecanismos de pressão para inserção da universidade no campo do empresariamento do ensino. A autonomia didático-científica é colocada em xeque, por exemplo, em editais de agências de fomento, que delimitam o campo de interesses de pesquisa, cuja centralidade recai na área do setor produtivo, que requer pesquisa aplicada, para promoção de permanente renovação tecnológica. As instituições públicas, entretanto, não dispõem de autonomia financeira e ficam à mercê da dotação orçamentária dos governos; a lógica gerencialista e produtivista destes impõem uma série de condicionalidades para que as instituições obtenham financiamento, dentre aquelas o cumprimento de metas e avaliação de desempenho.

O modo como o REUNI é implantado nas instituições, tem sido para os movimentos ligados a educação uma grande ameaça à qualidade do ensino superior e toda a estrutura física das instituições, como apontam Chaves e Araújo (2011, p. 67):

A implantação do Programa tem sido objeto de polêmicas e movimentos de resistência, particularmente dos movimentos estudantis e docentes, que denunciam a desconfiguração da universidade pública por meio da criação de dois modelos institucionais distintos – a universidade do ensino e a universidade da pesquisa; a intensificação e precarização do trabalho docente e prejuízos à garantia de padrões de qualidade e excelência acadêmica, na medida em que a expansão de vagas ocorrerá sem a necessária proporcionalidade de investimentos financeiros.

O MEC fez uma pressão imensa para as universidades aderirem ao REUNI, comprometendo, assim, toda a estrutura física e educacional das instituições, já que a expansão não previa um aumento de recursos necessários a todas as mudanças impostas, o que acarreta em uma grande precarização do ensino público. Chaves e Araújo (2011, p. 67) afirmam:

O MEC, no período de implantação do Programa, realizou uma intensa pressão junto aos reitores para adesão das universidades federais, porém, a despeito de resistência e desconfiança inicial de algumas universidades, a adesão acabou acontecendo de forma maciça. Em 2008, as 54 universidades federais existentes, no país, aderiram ao REUNI sem que tivesse ocorrido discussão ampla com a comunidade acadêmica acerca da concepção, dos princípios e das diretrizes e metas elencadas no Programa.

Apesar de aquele ministério indicar que a adesão seria um ato facultado às universidades, resguardada a autonomia institucional, seguramente nenhuma instituição, diante do quadro de precariedade de recursos materiais e humanos, se dispôs a recusar a oportunidade de receber investimentos e vagas de docentes e técnico-administrativos.

Ao se colocar metas a serem cumpridas pelas instituições, as universidades ganham um caráter gerencial e conseqüentemente os resultados servem para a adesão de recursos para as instituições. Como Chaves e Araújo (2011, p.68) ressaltam:

Nessa configuração, imposta às universidades, ocorre expressiva limitação à autonomia institucional; as instituições acabam assumindo funções tipicamente gerenciais de recursos financeiros e humanos, com a estrita finalidade de cumprir acordos, metas e indicadores de desempenho, determinados unilateralmente por entes governamentais. O desempenho gerencial das universidades é tomado como objeto de avaliação e serve de subsídio para definição de ações regulatórias, bem como de instrumento para alocação orçamentária.

Com os recursos dependentes de condicionalidades que devem ser cumpridas pelas instituições, e que não são proporcionais às metas impostas, toda a estrutura das universidades fica comprometida. Chaves e Araújo (2011, p. 69) dizem:

Considere-se que a abertura de cursos, o investimento em infraestrutura e aquisição de equipamentos, bem como a contratação de docentes e técnico-administrativos requerem o incremento nos recursos de custeio. A ampliação da capacidade instalada das universidades, sem o correspondente financiamento das suas funções, implica sério comprometimento da manutenção das atividades institucionais, com a necessária garantia de excelência acadêmica.

Portanto, o REUNI entra no processo de contrarreforma imposto no país, atendendo a agenda neoliberal e precarizando a educação como um bem e construção de conhecimento, transformando-o em caráter de mercado onde, pode-se pagar, em consumo, e tirando a sua característica de direto.

2.3 Assistência Estudantil para quem?

Assim como as políticas sociais estão vinculadas ao processo de produção e reprodução do capital, as políticas educacionais, em especial a assistência estudantil, também esta vinculada a essa dinâmica.

A assistência estudantil nas instituições universitárias apresenta-se sob o caráter de democratizar o acesso ao ensino superior, de estudantes inicialmente de baixa renda, visando

suporte durante seu tempo de graduação e contribuindo assim, para uma menor possibilidade de evasão destes alunos, como salienta Nascimento (2014, p. 88) “a assistência estudantil integra o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias á permanência dos estudantes nas instituições educacionais”. A incorporação da assistência estudantil nas universidades foi conquistada através de vários antagonismos e lutas de classes, o Fonaprace e a UNE, tiveram papel fundamental não só em sua implantação, mas na busca que se efetive cada vez mais esta política como um direito aos estudantes ingressantes nas instituições. Dutra e Santos (2017, p. 162) apontam que:

A luta pela incorporação da assistência ao estudante na agenda da educação do Governo Federal se deu, em grande medida, no embate pela superação de conceitos como o entendimento das ações de assistência ao discente como gasto desnecessário, e também como medida assistencialista, fundamentada na ideia de concessão ou favor. Em oposição a isso, houve um grande empenho por parte dos grupos sociais organizados, sobretudo a UNE e o Fonaprace, em defender uma concepção de AE como investimento e como um direito.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, sobre decreto de lei nº7.234 de 19 de julho de 2010, entra na dinâmica da contrarreforma da educação superior como um dos principais eixos do processo de reestruturação e expansão das universidades federais. Neste contexto, Lima, (2005) e Brasil (2006), ambos apud Nascimento (2014, p. 89) destacam:

Nesta direção, creditamos aos anos 2000 o surgimento de contradições mais latentes no âmbito da política de assistência estudantil implementada nas IFES, considerando que a “nova fase da contrarreforma universitária” (LIMA,2005) atribuiu importância inédita a estas ações pela via de sua regulamentação e consequente integração ás principais propostas da contrarreforma universitária. Neste período, por exemplo, tivemos a incorporação da assistência aos estudantes num anteprojeto de lei de reforma universitária em sessão específica para tratar “Das Políticas de Democratização do Acesso e de Assistência Estudantil(BRASIL,2006). Ademais, a assistência estudantil emergiu como uma das principais diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI e, conforme supramencionado, foi elevada á condição de política de Estado.

A proposta da reestruturação das universidades é de uma ampliação não só dos estudantes, mas também do corpo acadêmico das instituições e de sua estrutura física, porém, ao analisarmos com mais cuidado, percebe-se que as mudanças propostas estão vinculadas diretamente aos interesses da classe burguesa, classe que originalmente é responsável pela educação fornecida no país, educação está, interligada aos interesses do capital ocasionando

assim, uma contradição diante deste processo e fornecendo uma assistência “consentida”, como destaca Nascimento (2014, p. 90):

A crítica a este processo nos permite apontar tendências que confluem para a estruturação de uma “assistência estudantil consentida” (articulada aos interesses dominantes) que empreende novos desafios á disputa hegemônica entre diferentes projetos educacionais.

No que se refere às condições do estudantes ingressantes nas instituições e participantes da política de assistência estudantil, precisa-se pensar na dinâmica de manutenção desses alunos como um todo, ou seja, considerar todas as particularidades do seu ser social, assim, contribuindo para o seu processo de formação durante sua trajetória acadêmica. Como destacam Oliveira e Vargas (2012) e Araújo e Bezerra, (2007), todos citados por Dutra e Santos (2017, p. 170):

Nessa perspectiva, propõe-se uma AE que leve em consideração a complexidade do ser humano, o qual deve ser visto como um ser social, de desejos e de direitos, cujas necessidades para realização de uma vida plena e digna perpassam fatores como moradia, alimentação, saúde, lazer, cultura, educação etc. Assim, as ações de assistência ao estudante devem ser pensadas na mesma proporção desta complexidade e voltadas para esses anseios (OLIVEIRA; VARGAS, 2012). Garantindo essas dimensões, busca-se uma AE que se estabeleça enquanto “política pública fundamental, não só de permanência, mas também de formação completa dos estudantes” (ARAÚJO; BEZERRA, 2007, p.5).

Ao se analisar de forma mais crítica esse processo, percebe-se claramente que o projeto educacional que está em vigência, é o projeto educacional da classe burguesa, destacando assim, um dos pontos de fetiche de democratização do acesso das/os estudantes, pois, é somente acesso permitido pela classe hegemônica. Chauí (1999) e Sguissarde (2009), citados por Nascimento (2014, p. 90) destacam que:

A categoria “assistência estudantil consentida” foi utilizada para determinar a mudança substancial do projeto de assistência estudantil historicamente definido pelos movimentos sociais da educação no atual contexto contrarreforma das universidades públicas brasileiras. Nesta direção, a mesma expressa um projeto restritivo, porque definido nos limites da agenda educacional dominante, comprometida, por sua vez, com a consolidação de uma universidade de modelo operacional (CHAUI, 1999) ou, na acepção de Sguissard (2009), de uma universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva.

Neste contexto, onde o sistema educacional entra na dinâmica de geração de lucros e expansão do capital, a assistência estudantil e a reestruturação das universidades, entra, como

um ponto de estratégias de propagação de ideologia de dominação desta classe. Nascimento (2014, p. 90) salienta:

Esta nova fase de expansão e estruturação da Política integra as novas estratégias hegemônicas da classe dominante (e suas representações na aparelhagem estatal) na tentativa de consolidar projetos educacionais coerentes com as requisições de mercantilização, flexibilidade, produtividade e aligeração (dos serviços e das relações sociais), acionadas pelo capital para recompor suas taxas de lucro. Assim, a compreensão das mudanças operadas no âmbito da assistência estudantil deve partir da crítica a estes processos.

Com a institucionalização da assistência estudantil nas universidades, sua organização nos programas ofertados por cada instituição, foram criados setores de gestão destes recursos que mais tarde ocasionaram em fóruns, com grande importância na materialização das demandas dentro das universidades, como coloca Gramsci (2007), citado por Nascimento (2014, p. 92):

Neste mesmo período, sob o terreno fértil da transição democrática brasileira, ocorreram os primeiros encontros nacionais dos gestores das IFES, dando origem, posteriormente, ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos comunitários e Estudantis/Fonaprace. Este Fórum realizou as primeiras sistematizações acerca da assistência estudantil no Brasil, constituindo-se em um verdadeiro “aparelho privado de hegemonia” (GRAMSCI,2007). O mesmo desempenhou um papel de destaque na crítica ao lugar marginal ocupado pela assistência aos estudantes universitários na agenda educacional do governo brasileiro.

O fórum em seu surgimento, teve grande importância para as demandas apresentadas pelos movimentos ligados a educação, como demonstra Nascimento (2014, p. 93):

O Fórum, no seu surgimento, articulou a luta pela consolidação de uma política de assistência estudantil nas IFES às bandeiras do “Movimento de Reforma Universitária”. Corroborava as reivindicações voltadas á construção de uma “universidade multifuncional, gratuita e de qualidade” e empenhava-se na integração do debate da assistência estudantil no interior das bandeiras reformistas levantadas pelos movimentos sociais.

Ao se ter avanço no processo de contrarreforma das universidades, numa nova fase de expansão do capital, a partir dos anos 2000 o fórum se adequa a essa nova dinâmica, legitimando as medidas adotadas pelo governo e trazendo grandes consequências para uma assistência estudantil. Conforme Nascimento (2014, p. 94):

A nosso ver, a ausência de mediações nas análises dos processos contrarreformistas em curso (no interior das quais a assistência estudantil se expande e se reestrutura) restringe a compreensão dos limites desta política no atual contexto de ofensiva

conservadora que atinge a educação brasileira. Como impacto temos o enfraquecimento de um projeto educacional emancipador- única via para a superação dos limites da “assistência estudantil consentida” implementada no bojo da contrarreforma universitária dos anos 2000.

Ao adotarem as medidas impostas pelo governo, limitando as concepções da educação, reforça ainda mais o fetiche ao acesso pelos estudantes, pois, ao se preocupar com a expansão do capital, a prioridade é cumprir a agenda imposta pelos organismos internacionais na busca pela redução de gastos sociais e na maior efetividade na parceria entre o público e o privado. Como ressalta Brasil (2004 *apud* NASCIMENTO, 2014, p. 95):

A lógica da mercantilização da educação superior que sustenta o desenvolvimento de programas como o Prouni - onde o estado celebra parceria com a iniciativa privada para o provimento de um bem público disposto na Constituição Federal como direito, que é a educação – espraia-se para o interior das instituições de ensino superior públicas via da proliferação, nas últimas décadas, das chamadas Fundações de Apoio (BRASIL,2004).

Com os recursos do PNAES em limitação, além de se reforçar o movimento das parcerias entre o público e o privado, precariza os programas de auxílios ofertados pelas instituições, pois, se focaliza os usuários por não se ter condições de abarcar todos os estudantes que necessitam da política para se manter durante seu tempo de graduação, como destaca Oliveira e Vargas (2012 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p. 171):

O reconhecimento das demandas estudantis em toda a sua amplitude constitui um grande desafio para as universidades, sobretudo quando se leva em conta os quadros técnicos responsáveis por essa tarefa e os limites orçamentários destinados a essa política. Esses fatores podem atuar como limitadores dos programas de AE que acabam se reduzindo à concessão de bolsas/auxílios financeiros, cujos valores são, de maneira geral, insatisfatórios e a quantidade de benefícios concedidos não são capazes de alcançar toda a demanda.

Na dinâmica da reestruturação e expansão das universidades, com o objetivo de se aproveitar melhor os recursos humanos e materiais nas instituições, mas sem o devido investimento para tal, reforça a bolsificação para os estudantes e colaborando com o fetiche de acesso, como aponta Nascimento (2014, p. 97):

A lógica do atendimento a um maior número de estudantes em um tempo menor e com orçamento reduzido intensifica, na realidade das IFES, as tendências de bolsificação da assistência estudantil em detrimento á criação de equipamentos sociais (Casas de Estudantes, Restaurantes Universitários) – sob o argumento da necessidade de atendimento emergencial aos estudantes; a abertura de novos editais desconsiderando as demandas reprimidas da política – na tentativa de garantir a

rotatividade dos estudantes e, sobretudo, a intensificação das exigências de contrapartida dos seus usuários.

Outro ponto de destaque sobre a dinâmica da bolsificação dos estudantes nas instituições, é sobre os critérios impostos, já que, cada órgão é responsável pela organização e gerenciamento dos recursos advindos do PNAES, ao se colocar critérios em relação a situação socioeconômica do estudante, enfatiza-se uma focalização, ou seja, a disputa por esses recursos será entre os estudantes com maior vulnerabilidade econômica, desconsiderando assim, o sujeito como um todo, e as múltiplas determinações da questão social que perpassam sua vida. Vasconcellos (2010 *apud* DUTRA; SANTOS, 2017, p. 170) explica:

(...) a AE deve transitar em todas as áreas dos direitos humanos, abarcando um conjunto de ações que promovam desde as condições ideais de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos imprescindíveis para a formação profissional nas mais diversas áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como: moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

No contexto de luta por uma assistência estudantil mais ampla, ou seja, que abarque uma maior quantidade de estudantes desta política é cada vez mais importante analisar a totalidade desses sujeitos, ir além das condicionalidades financeiras impostas num primeiro momento como critério para acesso aos auxílios ofertados. O movimento estudantil ocupa uma posição fundamental nesta dinâmica, pois, os estudantes, usuários desta demanda, sabem melhor que ninguém as dificuldades em se manter nas instituições com recursos insuficientes, a partir do momento em que o usuário entra na instituição, além de querer ficar é um direito do mesmo. Dutra e Santos (2017, p. 172-173) discorrem:

Na literatura encontram-se alguns argumentos que destacam a importância da participação estudantil na gestão da assistência ao estudante nas IFES. Segundo Nascimento e Arcoverde (2012), a construção de uma política de AE, comprometida com a perspectiva da universalidade, requer sua consonância com as reais necessidades dos estudantes, o que exige o envolvimento desses sujeitos no planejamento e avaliação dessa política. As autoras consideram que é necessário para o desenvolvimento de uma política efetiva trabalhar junto aos estudantes/usuários a proposta de elaboração de uma AE que esteja, de fato, comprometida com os interesses de seu público-alvo. Nesta mesma direção, Oliveira e Vargas (2012) defendem que os discentes sejam não apenas o público-alvo da AE, mas também sujeitos participativos que possam contribuir no seu planejamento e na elaboração dos programas e ações nesse campo, atuando de forma ativa e conjunta com as Pró-Reitorias tornando-se, assim, propositores de novas alternativas em AE.

Portanto, a partir da implementação do Reuni, a assistência estudantil como um dos principais eixos desse processo, reforça o fetichismo ao acesso dos estudantes nas instituições, pois, ao se priorizar visando somente as taxas impostas pela agenda neoliberal, sem o comprometimento como uma educação pública e de qualidade, reforça o rodízio de estudantes dentro das universidades, deixando aqueles que não se enquadram dentro dessa dinâmica a única opção de evasão por não ter condições para se manter durante seu tempo de graduação. É preciso pensar em uma política mais ampla para a assistência estudantil, não focalizando somente em sua renda, mas com um olhar em sua totalidade, pois, as expressões da questão social, recaem em toda a sua subjetividade, a vulnerabilidade destes estudantes, vai muito além do setor econômico de sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais são constitutivas a dinâmica do modo de produção e reprodução econômica vigente na ordem societária. O processo histórico é transformado por essas relações, que em sua estrutura, possuem projetos societários antagônicos e lutas de classes. No Brasil, país periférico e de economia capitalista dependente, as políticas sociais, são incorporadas de forma diferenciada aos países de primeiro mundo, uma forma atrasada e extremamente focalizada, recaindo também no setor educacional, e cumprindo uma função neste sistema.

A história da educação superior no país está diretamente ligada ao processo de industrialização que começava a dar os primeiros passos em nossa sociedade. Inicialmente, somente os sujeitos da classe burguesa tinham acesso à educação, e as primeiras resoluções surgidas da assistência estudantil, são para atender esses sujeitos que se deslocavam até o exterior para fins de estudos, e tinham dificuldades de se manter fora do país.

É importante também destacar, que os organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, ditam as regras dos recursos destinados às políticas sociais para os países em desenvolvimento com o intuito dar não só continuidade, mas fortalecer o seu projeto de dominação hegemônica e expansão/ mundialização do capital. Política essa, que se tratando aqui, da educação superior no Brasil, começa a ter contornos extremamente mercadológicos, visa, o fortalecimento e direcionamento para as parcerias entre o público e o privado, ou seja, recursos públicos que vão sendo realocados para a área privada acarretando assim, uma maior precarização do ensino superior público e priorizando também assim, programas de financiamento estudantil como Prouni e Fies, grande opção dos sujeitos da classe trabalhadora com o intuito de dar continuidade aos estudos na busca de uma qualidade de vida e oportunidades melhores de trabalho.

Outro ponto de destaque foi o modo como o processo de reestruturação e expansão das universidades federais, que vem com o intuito de se aumentar as vagas na graduação, com um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponibilizados nas instituições. Porém, os recursos destinados às instituições que se adequaram ao processo de reestruturação universitária com modos gerencialistas, as instituições precisam se adequar e responder a várias metas e condicionalidades para obter os recursos.

Em relação à assistência estudantil, o modo como vem sendo apresentada, possui um caráter cada vez mais focalizado entre aqueles sujeitos que necessitam dos auxílios ofertados

pelas instituições, a disputa por estes recursos, fica entre aqueles com uma maior vulnerabilidade econômica. Ao colocar o fator renda como o principal critério, descaracteriza as múltiplas determinações que perpassam a vida dos usuários desta política. A sua sobrevivência, vai além do caráter econômico e é preciso pensar em uma assistência estudantil que abarque essas condicionalidades.

Os sujeitos usuários desta política, são sujeitos da classe trabalhadora, que em sua sociabilidade, apresentam várias expressões da questão social, geralmente vem de um ensino superior público precarizado, costumam ser os primeiros de suas famílias a ter acesso ao ensino superior público, muitos apresentam em sua grupo familiar, problemas de vícios em álcool, drogas, violência doméstica e sexual, existem alunos também que apresentam vínculos rompidos com os familiares pela sua opção sexual.

Hoje, é preciso salientar, que família, é um conceito bem mais abrangente, ou seja, não é mais aquele círculo fechado de pai, mãe e filho, apesar que, dentro da nossa sociedade, os conservadores defendem com unhas, dentes e muito preconceito, qualquer conceito diferente deste, porém, a família vai muito além do laços sanguíneos, possui laços de afeto, segurança, apoio emocional, psicológico e também o suporte financeiro e dentro disto tudo, existe várias situações de vida que podem acarretar os sujeitos dentro de um mesmo grupo familiar, como por exemplo: mortes, abandono, adoção, entre outros.

Enfim, o que quero dizer, é que hoje, a assistência estudantil não consegue abarcar todos os sujeitos que dela necessitam e seus recursos são na maioria das vezes insuficientes, as vulnerabilidades que esses usuários apresentam, vai muito além de ser apenas econômica, é preciso ter uma olhar mais crítico para uma construção de política mais ampla, pois, os estudantes que entra nas instituições têm, não só o direito, mas também o desejo de continuar e terminar a sua graduação, porém, muitas das vezes sem condições, não conseguem, daí o rodízio enorme de estudantes nas instituições.

Portanto, a construção de uma assistência estudantil, também deve estar alinhada com as necessidades dos estudantes para além apenas da sua vida econômica. Os movimentos estudantis das instituições tem um papel fundamental neste debate, pois, como cada instituição elabora as suas condicionalidades para acessar aos auxílios, é preciso estar atento as particularidades que os sujeitos apresentam ao demandar acesso aos programas ofertados pela instituição.

Os desafios neste atual contexto político e econômico que o país enfrenta são imensos, com o atual presidente interino não só, continuando com a política de cortes para as áreas das políticas sociais, mas acentuando ainda mais esse processo, o que acarreta ainda mais na

precarização para a educação superior, que a tempos já vem sofrendo com os cortes e uma reestruturação universitária que, ao ampliar o número de vagas nas suas instituições, o valor dos recursos disponibilizados não acompanham o mesmo ritmo das ofertas de vagas. Esse processo vem acarretando um adoecimento não só nos estudantes, mas nos profissionais que trabalham na área da educação, seja os professores, técnicos, terceirizados.

A assistência estudantil é um espaço de luta, portanto, gestores, estudantes, todos os profissionais ligados a educação superior, tem o comprometimento de lutar por uma política com uma maior abrangência e cobertura desses usuários, lutando assim, contra a focalizando que cada vez mais se acentua no contexto de grande retrocessos aos direitos tão duramente conquistados.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social fundamentos e história**. – 9ed – Cortez, 2011.

CHAVES, J. L. V; ARAÚJO, S. R. Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão-uma análise da implantação do Reuni na universidade federal do Pará. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, anexo XXI, n.48, p.64-69, 2011.

DUTRA, Natália Gomes Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.** Rio de Janeiro, V.25, n°94, p.148-181 jan/mar. 2017.

IMPERATORI. Thaís Kristosch. A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. **Ser. Soc.** São Paulo, n.129, p.285-303, maio/ago. 2017.

LEHER, Roberto. **A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. 2017. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-3-Artigo-03.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2018.

LIMA, Katia. **Capitalismo Dependente e a Reforma Universitária Consentida: A Contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos Dilemas Educacionais Brasileiros**. Universidade Federal Fluminense. Política de Educação Superior, S/D.

_____. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálisis**. Florianópolis, V.14, n.1, p.86-94, jan/jun. 2011.

MARINI. Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. A universidade brasileira. **Revista de Educación Superior**, n.022, México, Abril-Junho, 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf>. Acesso em: 23 de junho 2018.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. **Em Pauta**, Rio de Janeiro - 1º semestre de 2013 - N.31, V.11, p. 97-117, 2013.

MINTO. Lalo Watanabe. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, V.23 e 230011, 2018.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Cortez, 2011, p.137-141;191-209, terceira edição.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. Assistência Estudantil e Projeto Ético-Político do serviço social: democratizar acesso ou permanência? **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, ano VI-n°08, setembro 2013-ISSN-1983-1285. Disponível em: <http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo_379_399.pdf>. Acesso em: 16 de Mai. 2018.

NASCIMENTO, M. C. A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, anexo XXIII, nº53,2014.

NETTO, José. **Introdução ao Estudo do Método de MARX**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia Política, uma introdução Crítica**. – 8 ed – Cortez, 2012.



Certifico que a(o) estudante **Crystiane Antoniella dos Reis Batista**, autora(o) do trabalho de conclusão de curso intitulado “**A CONTRARREFORMA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: o fetiche da democratização do acesso**”, efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Prof.ª Me. Viviane de Queiroz
Orientadora

Mariana, 20 de julho de 2018.